

CARTAS PEDAGÓGICAS COMO PROCEDIMENTO REFLEXIVO NO ESTUDO E PESQUISA DE FORMAÇÃO DOCENTE, POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS: UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA NO PPGEDU TURMA 2025

SALES, Marliane Oliveira¹
BENETTI, Mônica Gonzaga Marques²

Resumo: O manuscrito publiciza o relato de uma experiência vivenciada durante a disciplina optativa “Estudo e pesquisa de formação docente, políticas e práticas educacionais”, ofertada no semestre de 2025/1, pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). A disciplina foi ofertada em dois momentos presenciais de 24 horas e 12 horas remotas; teve como atividade a elaboração individual de duas cartas pedagógicas, com reflexões sobre as implicações conceituais trabalhadas nestes dois momentos. Ancorado na abordagem qualitativa, o relato elaborado em dupla, considerou a perspectiva descritiva, com análises interpretativas (Bortoni-Ricardo, 2008), para sistematizar excertos selecionados das 4 cartas pedagógicas elaboradas pelas autoras. Como apontamentos finais, reforçamos a tese de Camini (2012), de que as cartas pedagógicas humanizam, ao permitirem aos atores, escreverem sobre si, suas realidades e sentimentos. Elas corroboram ao romperem barreiras do medo do julgamento do leitor, que se encoraja a expressar suas reflexões sobre determinada temática apreendida, seja por meio da provocação do professor na pós-graduação, ou também da sua prática de professor pesquisador. Desta forma, as cartas pedagógicas ressignificam a nossa prática docente e ampliam as possibilidades de aprendizagem.

Palavras-chave: Carta Pedagógica; Relato de Experiência; PPGEDU/UNEMAT.

Considerações Iniciais

Que possamos resistir e persistir como escreveu Paulo Freire: Todo projeto educativo tem que ser um projeto de humanização. Isto implica reconhecer a desumanização, ainda que seja uma dolorosa constatação. Juntar os cacos de humanidade de tantos milhões de brasileiros triturados pela injustiça, fome, provocadas pela brutalidade do capitalismo. Buscar a viabilização da sua humanização no contexto real, concreto, do Brasil. Este é o desafio pedagógico do Projeto Popular – Recuperar a Humanidade roubada do Povo (Benetti, CP, maio, 2025).

¹Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU/Unemat/Cáceres/MT. E-mail: marliane.sales@unemat.br

²Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU/Unemat/Cáceres/MT. E-mail: monica.gonzaga@unemat.br

Enquanto mestrandas do Programa de Pós-graduação em Educação, ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário Jane Vanini, de Cáceres/MT, linha de pesquisa Educação e Diversidade e Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas, nos matriculamos na disciplina optativa “Estudo e pesquisa de formação docente, políticas e práticas educacionais”. O nosso objetivo ao cursar esta disciplina foi ter acesso a fundamentos teóricos e conceituais com vistas a aprofundar nossa prática pedagógica numa perspectiva de reflexão crítica, evidenciando como “[...] é importante refletirmos criticamente sobre o papel da pedagogia nas políticas públicas, questionando se sua presença é uma mera formalidade ou se de fato contribui para a construção de uma educação mais justa e libertadora no Brasil” (Sales, CP, maio de 2025).

Uma vez que a disciplina tem como ementa “Bases teóricas, metodológicas e práticas da formação inicial e continuada de professores; construção do conhecimento docente; políticas e práticas docentes progressistas e transformadoras; identidade, reflexão e autonomia docente; investigação docente e relatos de experiências de boas práticas docentes”.

Trabalhada no Semestre Letivo 2025/1, com 19 mestrandos e 4 alunos especiais, a disciplina teve como objetivo “Ampliar e fortalecer as bases teóricas que fundamentam o conceito de Educação, Políticas Públicas e Pesquisa em uma perspectiva progressista, inclusiva, crítica e transformadora e reiterar a importância da inserção do professor no universo da investigação científica no campo da educação”.

Os objetivos específicos compreenderam: estudar correntes teóricas progressistas e transformadoras do campo da Educação, em diversos segmentos e modalidades educativas; compreender as bases teóricas e metodológicas que analisam Políticas Públicas Educacionais em uma concepção crítica e inclusiva; discutir resultados de pesquisas realizadas no campo da Educação e das Políticas Públicas Educacionais; publicizar relatos sobre a experiência vivenciada no decorrer da disciplina. (Plano de Ensino da disciplina disponibilizado pela professora, 2025).

Neste sentido, o relato de experiência revela o potencial formativo das cartas pedagógicas, pois, a partir destas, o sujeito pode manifestar “suas potencialidades estético-expressivas”, afirmam Pereira e Bitencourt (2025). Ele está organizado em cinco itens:

considerações iniciais; caminhos metodológicos de um relato de experiência a partir de cartas pedagógicas; resultados e discussões: a dimensão das cartas pedagógicas na prática de escrita empírica; reflexões finais e referências.

Caminhos metodológicos de um relato de experiência a partir de cartas pedagógicas

A disciplina “Estudo e pesquisa de formação docente, políticas e práticas educacionais”, foi ofertada em dois momentos presenciais, cada um de 24 horas, totalizando 48 horas e 12 horas em encontros remotos pelo *Google Meet*, complementando assim, a carga horária de 60 horas. Integraram o desdobramento da disciplina atividades de leituras, planejamentos de dois seminários com apresentações em duplas, debates e reflexões. Como atividade individual, cada participante elaborou duas cartas pedagógicas com reflexões concernentes aos conceitos trabalhados nos dois momentos presenciais. Como atividade conclusiva da disciplina, ficou acordado entre os estudantes e a professora, a elaboração deste relato de experiência, em dupla, com o incentivo de publicização de um dossiê na Revista de Educação do Vale do Arinos (RELVA).

Fundamentada na concepção de avaliação diagnóstica, processual e formativa, as atividades realizadas no decorrer da disciplina tiveram como critérios: compromisso e responsabilidade dos mestrandos, doutorandos e alunos especiais, no desenvolvimento de todas as atividades trabalhadas, quais foram: leituras, planejamentos e apresentações com discussões e debates da bibliografia indicada/estudada em dois seminários. Elaboração de duas cartas pedagógicas individuais e deste relato de experiência em duplas.

Vale salientar que, para as apresentações dos dois Seminários desenvolvidos nesta disciplina, foram formadas duplas por ordem alfabéticas pela professora, o que nos trouxe a possibilidade de conhecer os colegas e fazer novas amizades, como foi o nosso caso, em que moramos em locais distantes do Estado de Mato Grosso, e nos encontramos no mestrado, com a propositura de estudarmos, discutirmos juntas, os textos a nós dirigidos, e buscando a dialogicidade, no sentido de compreender e apresentar os conhecimentos dos autores no seminário, como também, escrever sobre o que aprendemos, sobre as significações dos

encontros em cada carta pedagógica. Além disso, cada uma de nós, teve o desafio de ler as cartas uma da outra para a elaboração deste relato.

De um modo geral, as experiências vividas no decorrer do semestre, nas oportunidades de reflexões e registros acerca dos temas dialogados evidenciam o potencial dos educadores para a efetivação de uma educação libertadora e conscientizadora do indivíduo (Freire, 1987).

Educação em pauta: navegando pelos desafios da resiliência, da democracia e do diálogo para transformar o cenário educacional

Na Unidade I e II, denominada “Educação & Política”, foram trabalhados 12 artigos de autores que discutem educação e políticas públicas. Neste primeiro momento, a professora iniciou a aula expositiva-dialogada com o texto de Lima (2024) que:

[...] nos trouxe o debate do direito à educação, observando com criticidade os obstáculos apresentados por um mundo desigual. Esta educação como direito é analisada através de três conceitos fundamentais: a **educação como direito consagrado**, a **educação como direito decretado**, e a **educação como direito praticado**. Essa reflexão se faz bastante necessária para a realidade vivenciada atualmente no cenário educacional, especialmente no nosso Estado de Mato Grosso. Onde, a pedagogia democrática está sendo transformada em pedagogia da meritocracia, visando o capitalismo e os interesses privados e econômicos de alguns grupos que estão invadindo nossos espaços educacionais (Benetti, CP, abril de 2025).

Nesse sentido, a educação como **direito consagrado** refere-se ao reconhecimento universal da educação como um valor intrínseco e essencial para o desenvolvimento humano e social, ou seja, é a ideia de que a educação é um bem fundamental inerente à dignidade de cada indivíduo, independentemente de leis ou decretos específicos. Este conceito está enraizado em princípios éticos, morais e filosóficos, e muitas vezes é a base para a formulação de políticas e legislações. Em outras palavras, é o ideal de que todas as pessoas deveriam ter acesso à educação plena e de qualidade (Lima, 2024).

Já a educação como **direito decretado** diz respeito à sua formalização e garantia legal por meio de leis, constituições, tratados e políticas públicas, isto é, quando o direito à educação passa do plano ideal para o plano normativo, sendo estabelecido e protegido por instrumentos jurídicos (Lima, 2024). No Brasil, por exemplo, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988),

consagra a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Leis específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), (Brasil, 1996), detalham como esse direito deve ser assegurado, definindo responsabilidades, modalidades de ensino, currículos, entre outros aspectos.

Por fim, a educação como **direito praticado** refere-se à efetivação e concretização do direito à educação no cotidiano das pessoas, pois, não basta que a educação seja reconhecida como um valor (consagrado) ou esteja prevista em lei (decretado); é preciso que ela seja acessível e de qualidade para todos na prática. Isso envolve a existência de políticas públicas que assegurem infraestrutura adequada, professores qualificados, materiais didáticos, programas de inclusão, e a superação de barreiras socioeconômicas, geográficas e culturais que impeçam o acesso e a permanência do cidadão na escola. Este é o desafio final, que exige um esforço contínuo de governos, sociedade civil e comunidade escolar para garantir que o direito à educação saia do papel e se torne uma realidade para todos (Lima, 2024).

Lima (2024, p. 11), ainda observa que “A educação como direito praticado não tem como ser exercida sem afrontar o mundo desigual que se lhe opõe, incluindo desde logo o mundo educativo desigual e meritocrático que foi historicamente construído e socialmente naturalizado [...]”. Segundo o autor, a educação como um direito fundamental, em meio a um cenário de desigualdades, pede por políticas educacionais que promovam a inclusão e a justiça social, e observa que essas políticas neoliberais tratam a educação como mercadoria em vez de um direito universal.

Este artigo ainda foi discutido a partir da dinâmica da partilha de trechos impressos (fixo a um bombom) sorteado para cada integrante da turma pela professora para que realizasse a leitura e discussão, evidenciando a importância da compreensão, da reflexão crítica e interação. Revelando que “[...] cada tema é um rio de informações valiosas que enriquecem nossa compreensão de mundo e nos ajudam a crescer intelectualmente” (Sales, CP, maio de 2025).

Na sequência, cada dupla apresentou um artigo que fora distribuído pela professora no início da disciplina. Nesta oportunidade, organizamos o I seminário com o artigo, **Políticas e práticas de alfabetização no Brasil, hoje: precisamos continuar resistindo e aprendendo**

com Paulo Freire, de Artur Gomes de Morais (2022). O autor é especialista em temas como Alfabetização, Psicolinguística e Formação de Professores, e analisa criticamente as políticas de alfabetização no país, destacando avanços e retrocessos recentes. Neste texto, Morais (2022),

[...] revisa as conquistas em alfabetização no Brasil entre 2003 e 2016, culminando no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC, apresentando um currículo coerente e respeitoso à diversidade, promovendo a formação de alfabetizadores, a progressão no Ensino Fundamental. Neste programa os professores tinham a liberdade de escolher os livros didáticos e adaptar às suas necessidades pedagógicas da sala de aula, inclusive o aluno tinha três anos para se alfabetizar (Sales, CP, abril de 2025).

Já a nova proposta apresentada pela Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Brasil, 2019) segundo Morais (2022) “[...] impõe o método fônico, baseado em premissas científicas falsas. Nesta nova proposta, o ciclo de alfabetização foi reduzido para dois anos, os livros didáticos são pré-determinados e distantes das realidades e necessidades dos estudantes” (Sales, CP, abril de 2025).

Nessa perspectiva, o autor supracitado apresenta uma discussão crítica sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), programa vigente, que foi aprovada sem debate público, apresentando incoerências e problemas conceituais, revelando dentre outros retrocessos que, a qualidade dos livros didáticos piorou, pois, as editoras se alinharam às prescrições da BNCC (Brasil, 2018), e agora estes são impostos, reduzindo a liberdade de escolha dos professores e gestores de cada escola, o que afeta a liberdade de municípios e estados na definição de seus currículos; os grupos neoliberais buscam impor pacotes regulamentadores sem debate, para a formação de professores, para aquisição de materiais didáticos e outros recursos pedagógicos.

Morais 2022, observa inclusive “[...] o autoritarismo, a privatização e o gerencialismo como fatores que prejudicam a educação pública no Brasil, padronizando o ensino, favorecendo grupos empresariais e desrespeitando a liberdade de cátedra dos professores e a individualidade dos alunos” (Sales, CP, abril de 2025). Indicando que os retrocessos nas políticas de alfabetização, configuram-se uma tragédia sem precedentes na história de nosso país.

Contudo, Paulo Freire é citado por Morais (2022), como inspiração para a resistência contra as políticas educacionais atuais, como também defende a união dos educadores para lutar pela autonomia e diversidade na alfabetização, conclamando à resistência contra a

transformação das escolas em empresas, a imposição de métodos únicos, e à resistência contra essas políticas, enfatizando a importância da esperança e da luta por uma educação democrática, permeada pela compreensão de que “Precisamos resistir! Lembrando, sempre, que lutar com radicalidade não é sinônimo de ser sectário. Sectário são os que, trombeteando um falso discurso de seriedade científica, querem impor pacotes fônicos, modelos gerencialistas e outras mercadorias afins” (Morais, 2022, p. 13).

Este primeiro momento foi concluído com o debate coletivo na tarde do terceiro dia de aula sobre o livro **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira** de Gaudêncio Frigotto (2017). Neste, o autor destaca a situação das políticas dos governos estaduais e municipais estruturadas no autoritarismo e no gerenciamento, impondo medo e perseguição, uma vez que estamos sendo vigiados pelos próprios pares nas unidades escolares, além de gestores que não se consideram profissionais da educação. Assim, Frigotto (2017), alerta que o medo e a violência como Governos do mundo, levam-nos a sozinhos, recuar, aceitar, desistir, por isso, temos que lutar coletivamente, por meio de Sindicatos, Associações etc., pois, na coletividade ganhamos força, coragem, resistência e possibilidade de vitória.

Desse modo, a concepção de escolarização promovida pelo Escola Sem Partido (ESP), segundo Frigotto (2017), aponta que a escola deve transmitir o “conhecimento neutro”, onde o professor não deve educar, mas instruir; não falar sobre a “realidade dos alunos”, pois todas as leituras sobre a realidade contêm avaliações políticas e, portanto, podem orientar as “ideologias” dos estudantes (responsabilidade dos pais); e não mobilizar ou tratar de valores de qualquer natureza no espaço escolar. Como estratégias discursivas, o movimento desumaniza professores, os quais contaminariam as escolas brasileiras com suas visões de mundo “petistas”, “petralhas” ou “esquerdistas” e recheadas com “ideologia de gênero”. O professor precisa então, ser fiscalizado, controlado e denunciado para evitar que aprisione os estudantes, sua audiência cativa. Com isso, Penna *apud* Frigotto (2017), alega que a “Escola Sem Partido” tem propalado medo entre os professores, os quais se sentem perseguidos e assediados nos seus espaços de trabalho.

Segundo Frigotto (2017, p. 31) a “Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares”.

Representando assim, uma ameaça à liberdade de ensino, ao pensamento crítico e ao papel social da escola, pois, parte de uma visão autoritária, que busca censurar professores, restringir debates (silenciando vozes) e eliminar questões fundamentais como direitos humanos, diversidade, política, gênero e cidadania do ambiente escolar (Sales, CP, abril de 2025).

Aponta ainda que, a escola e diversas correntes pedagógicas vêm se dedicando a formar um ser humano “unilateral”, acrítico, disciplinado e voltado para o mercado. Todavia, a função social da escola, deveria ser a formação “omnilateral” dos seres humanos, isto é, ensiná-los simultaneamente a formação intelectual e o trabalho manual numa perspectiva da compreensão do caráter humano do trabalho, equilibrando assim, o “mundo das necessidades” ao “mundo das liberdades” (Frigotto, 2017).

Educação, pesquisa e futuro: desvendando desafios atuais e o potencial transformador da investigação docente

Na Unidade II e III, denominada “Educação, Política & Pesquisa”, foram trabalhados mais 12 artigos de autores que discutem as implicações da pesquisa de políticas públicas educacionais. Neste primeiro momento, a professora também iniciou as discussões a partir do texto **Ética na pesquisa em educação: os limites e desafios ante a Inteligência Artificial** de Anita Helena Schlesener (2025), “que nos permite refletir sobre a ética na pesquisa em educação diante das dimensões da inserção das tecnologias digitais através da Inteligência Artificial (IA)” (Sales, CP, maio de 2025), apontando relevantes preocupações sobre a privacidade dos dados, a autoria e originalidade de trabalhos gerados com o auxílio de IA, a transparência nos processos de pesquisa que utilizam algoritmos, e a responsabilidade pelos resultados e impactos gerados por sistemas de IA.

Nessa perspectiva, o artigo nos permite pensar sobre a urgência de estabelecer diretrizes éticas, claras e robustas que possam guiar a pesquisa em educação na era da

Inteligência Artificial, garantindo a integridade, a justiça e a responsabilidade social. Essa reflexão foi concluída com a partilha de trechos do texto (fixos a um bombom) pela professora entre os estudantes, possibilitando a interação dialógica e reflexiva sobre o tema.

Em seguida, cada dupla apresentou o texto selecionado para o II Seminário, cabendo a nós refletirmos sobre o artigo **Avanços e desafios das Políticas públicas para a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil**, das autoras Josiane Aparecida Machado, Rita Cristina Lima Lages e Rivânia Maria Trotta Sant’ana (2024) da Universidade Federal de Ouro Preto – MG. Estas, apresentam resultados de uma pesquisa bibliográfica que se desdobraram em dois movimentos principais, quais foram: realizar uma abordagem dos documentos das políticas públicas educacionais produzidas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil ao longo de sua implementação e realizar uma revisão bibliográfica sobre pesquisas. As referidas autoras se dedicaram ao estudo de questões relacionadas às políticas públicas mencionadas, com a finalidade de identificar e de analisar os avanços e os desafios nessa modalidade de ensino, além de explorar a evolução dessas políticas de modo a destacar seus impactos na EJA, o seu desenvolvimento e as dificuldades persistentes.

Segundo Machado, Lages e Sant’ana (2024), observam-se avanços significativos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, especialmente no âmbito das políticas públicas, na expansão de programas governamentais, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), entre outros. No entanto, as autoras ainda observam que há:

[...] numerosos desafios ligados à Educação de Jovens e Adultos que ainda persistem, como: a falta de infraestrutura adequada, a escassez de recursos financeiros, a baixa valorização dos professores da EJA, a ausência de elaboração e implementação de currículos adequados às necessidades do público-alvo da EJA, a criação de métodos pedagógicos adaptados à realidade e ao contexto de vida dos alunos, a dificuldade em atrair e manter os alunos nessa modalidade de ensino (Sales, CP, maio de 2025).

Assim, Machado; Lages; Sant’ana (2024) apresentam um panorama crítico sobre a EJA no decorrer histórico do Brasil, evidenciando que:

[...] desde o início, as políticas acompanharam os interesses das classes sociais dominantes com o intuito de alfabetizar a população para fins específicos, como a imposição de uma doutrina religiosa, o aumento do número de eleitores, e até mesmo a composição de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho (Sales, CP, maio de 2025).

Nessa análise, as autoras esclarecem que, superar esses desafios requer um compromisso contínuo com políticas flexíveis, investimentos consistentes e a promoção de uma abordagem inclusiva e sensível às particularidades desse público específico. Além disso, a leitura desse artigo nos trouxe importantes reflexões sobre esta modalidade de ensino, que possui um histórico marcado por diversas fases e políticas que buscaram atender às demandas de uma parcela da população que não teve acesso à educação na idade considerada convencional a partir de interesses do sistema político dominante de cada época e que na atualidade está esquecida pelos nossos governantes.

As atividades do II Seminário foram encerradas com o debate do livro **O Professor Pesquisador: Introdução à Pesquisa Qualitativa**, de Stella Maris Bortoni-Ricardo (2008), que apresenta uma obra voltada para professores em exercício ou em formação, com o objetivo de orientá-los a adotar uma postura investigativa em sua prática pedagógica, propondo a possibilidade dos docentes se tornarem pesquisadores de sua própria realidade escolar, utilizando métodos qualitativos para compreender e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem.

A obra é organizada em onze capítulos que abordam desde os fundamentos da pesquisa qualitativa até a aplicação prática em sala de aula. Assim, Bortoni-Ricardo (2008), inicia com uma introdução aos paradigmas positivista e interpretativista, destacando a importância do contexto sócio-histórico na pesquisa educacional, enfatizando que a pesquisa qualitativa busca entender fenômenos sociais inseridos em contextos específicos, como a sala de aula. Já nos capítulos seguintes, a autora explora métodos como etnografia, observação participante, estudo de caso e análise de redes sociais aplicados ao ambiente escolar. Além disso, discute a coleta e análise de dados, destacando a importância da reflexão crítica e da construção colaborativa do conhecimento. Também apresenta recursos como "Diário de bordo", "Para saber mais" e "Caixas de diálogo", que incentivam o leitor a refletir sobre sua prática e a se aprofundar nos

temas abordados, além de proporcionar uma leitura interativa e contextualizada, facilitando a aplicação dos conceitos discutidos (Bortoni-Ricardo, 2008).

Em suma, **O Professor Pesquisador** é uma leitura essencial para educadores que desejam integrar a pesquisa em sua prática pedagógica, promovendo uma educação mais reflexiva e contextualizada, além de oferecer ferramentas teóricas e práticas para que os docentes se tornem agentes ativos na produção de conhecimento, é um chamado para que cada sala de aula se torne um pequeno laboratório de investigação e descoberta, contribuindo para o aprimoramento contínuo do ensino.

No último encontro presencial ainda foi realizada “[...] uma autoavaliação sobre todos os momentos vividos e cada um pode relatar o que achou, o que sentiu, o que marcou... foi muito emocionante!” (Sales, CP, maio de 2025). Salientamos também, que todos os textos discutidos nos encontros da disciplina “Estudo e pesquisa de formação docente, políticas e práticas educacionais” ampliaram nosso conhecimento e consciência sobre a educação e o papel do educador, conforme ressaltado na carta pedagógica, confira:

Acredito que a educação e os educadores, têm papel fundamental nessa mudança de vida das pessoas, e da sociedade. Cada texto apresentado nos trouxe riquíssimas discussões e aprendizados para compreender a origem e as finalidades das políticas públicas educacionais, especialmente no Brasil desde a sua ocupação, colonização aos dias atuais (Benetti, CP, maio de 2025).

Portanto, este relato de experiência orientou-se pela abordagem qualitativa de Bortoni-Ricardo (2008), que procura entender e interpretar fenômenos sociais presentes em um contexto, e nesta interpretação, não testa as relações de causas e consequências, como também, não propõe leis causais aos fenômenos, uma vez que estas podem ser generalizadoras. Assim, ao pesquisar determinado fenômeno, o pesquisador procura entender “[...] como os atores sociais envolvidos nesse processo o percebem, ou seja: como o interpretam” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 34).

Para este Relato, foram selecionados excertos³ de informações geradas com a elaboração individual das cartas pedagógicas, escrita por cada uma de nós, sendo observados

³ Trechos retirados das cartas pedagógicas produzidas pelas autoras deste relato.

os aspectos conceituais, metodológicos e práticos mais destacados nas referidas cartas. Em consideração aos referidos aspectos, foram selecionados os excertos para compor o *corpus* de análises deste relato de experiência.

Com uma sistematização descritiva, os excertos foram analisados de forma interpretativa. Segundo Bortoni-Ricardo (2008, p. 42), esse método se compromete com as interpretações das ações sociais e com os significados que as pessoas conferem a essas ações procurando assim, estudar detalhadamente “[...] uma situação específica para compará-la a outras situações”. Nesse sentido, a pesquisa interpretativista não se interessa na descoberta de leis universais a partir de generalizações estatísticas, mas aceita, segundo a autora, o “[...] pressuposto da reflexividade, isto é, a pesquisa qualitativa aceita o fato de que o pesquisador é parte do mundo que ele pesquisa” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 58).

Dessa forma, como o pesquisador faz parte de uma sociedade, de uma cultura e daí possui crenças e visão de mundo, também fará “[...] parte do mundo social que pesquisa” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 59). Logo, o pesquisador assume uma postura ativa na construção do mundo, na sua ação investigativa, influenciando no objeto investigado e por este sendo influenciado. Assim organizado, "O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa" é:

[...] um convite para que o educador se aproprie do conhecimento sobre pesquisa qualitativa e o utilize para aprimorar sua prática, desenvolver soluções inovadoras e contribuir para a construção de uma educação mais relevante e transformadora, já que permite a observação, o registro, a análise e interpretação do que acontece no dia a dia da escola. É um chamado para que cada sala de aula se torne um pequeno laboratório de investigação e descoberta (Sales, CP, maio de 2025).

Resultados e discussões: a dimensão das cartas pedagógicas na prática de escrita empírica

Ao aceitarmos o convite para apresentar nossas experiências e expectativas vividas nos encontros das disciplinas do Mestrado em Educação da turma PPGEdU/2025, fomos motivadas a escrever cartas pedagógicas. Segundo Camini (2012), estas representam uma prática tradicional com vários propósitos, tais quais: declarar amor, expressar saudade,

transmitir notícias, informar grandes descobertas, articular guerras, descrever lugares etc., no decorrer da construção histórica da humanidade. As cartas, segundo a mesma autora, têm o objetivo de transmitir uma mensagem e que essa mensagem possa ser compreendida pelos possíveis leitores, marcando assim, um “[...] importante registro para a história” (Camini, 2012, p. 24-25).

Camini (2012) ainda esclarece que, essa prática vem perdendo força na atualidade, devido ao grande avanço tecnológico que conectam as pessoas e as informações em segundos. Essa percepção também foi destacada em nossas cartas:

Sobre as cartas, continuamos trocando cartas entre amigos, primos, e minha avó materna que escrevia cartas para mim, e mandava junto um raminho ou uma florzinha. Era sempre uma alegria recebê-las e respondê-las, isso durou vários anos, até chegar o e-mail e o celular, onde deixamos de vez de se comunicar por escrito (Benetti, CP, abril de 2025).

Ao produzir e analisar nossas cartas pedagógicas percebemos a importância de escrever a nossa palavra expressando a realidade em nosso entorno, revelando sentimentos e aprendizados. Nessa perspectiva, Camini (2012, p. 27), afirma que “[...] cartas pedagógicas precisam ser escritas, bem como lidas e respondidas, pois, assim, compõe-se um círculo cultural que, além de promover comunicação, gera conhecimento e libertação”. Gera acolhimento, reconhecimento e diversas possibilidades para refletir e transformar a realidade, conforme expresso em nossas cartas pedagógicas.

Em nove de abril, ao vivenciar o primeiro encontro presencial, me encantei com sua simpatia, doçura e essência nobre (lhe confesso, que essas virtudes agradam meu coração, meu jeito de ser e agir no mundo) [...] e que [...] diante de todas as falas da professora, carregadas de sentidos, me recordo bem quando disse que nada é neutro, e que sempre assumo um posicionamento, e este, irá aparecer em tudo que eu faça, inclusive nas produções do campo acadêmico (Sales, CP, abril de 2025).

Nessa condução reflexiva e dialógica proposta pela professora que trabalhou a disciplina, com a proposição de novas formas de escrita, por meio das cartas pedagógicas, conseguimos ampliar reflexões, aprendizados e o potencial de escrita.

Isso posto, finalizamos este relato de experiência, apresentando a percepção sobre a disciplina, com excertos que revelam as significações mais evidentes em nossas cartas

pedagógicas, produzidas no primeiro semestre de 2025. E nesta proposta de produzir cartas, nos sentimos motivadas, livres, seguras e ‘alfabetizadas’ ao expressarmos a “nossa palavra”, assim como sugere Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido* ao destacar que “[...] alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra, criadora de cultura” (Freire, 1987, p. 10). Confirmamos estas possibilidades no excerto a seguir:

[...] avalio os momentos de estudos individuais e coletivos de muito aprendizado e reflexões sobre o contexto histórico das Políticas educacionais que a senhora nos trouxe para leitura e discussões. Onde cada um, do seu lugar de atuação ou vivência, pôde contribuir com o aprendizado do outro. Eu, particularmente, me senti bastante provocada e com o sentimento de que não estou sozinha, em muitos momentos de indignação com o que vem ocorrendo na educação brasileira, após um período de construção de várias legislações e políticas públicas educacionais, por muitos lutadores da classe trabalhadora, vemos a mercantilização da educação, por méritos e resultados que não contemplam as diversidades das crianças, adolescentes e jovens que estão inseridos nas diversas instituições de ensino público (Benetti, CP, maio de 2025).

Desse modo, o ato de escrever cartas, de acordo com Mello (2025), possibilita que os professores se reconheçam como pesquisadores capazes de assumir uma postura reflexiva a partir das próprias experiências e narrativas, e daí, produzir conhecimentos.

As cartas pedagógicas podem ser consideradas mais que um gênero textual, pois expressam um modo de viver, narrar e pesquisar a docência com sensibilidade, ética e presença. Elas reconhecem o professor como protagonista da sua história, valorizam a experiência e contribuem para uma atuação docente mais humana democrática e inclusive (Mello, 2025, p. 25).

Isto posto, as cartas pedagógicas não apenas nos permitiram produzir saberes, mas, reconhecer potencialidades, habilidades, criticidade, amizades, saudades. Possibilitando um expressar com originalidade, com autoconfiança, com pertencimento, com emoção, com reflexão e muita gratidão pelas ricas possibilidades de aprendizagens individuais e coletivas construídas até aqui.

Reflexões finais

Por fim, restou a saudade de nossos dias intensos, mas cheios de possibilidades para desenvolvermos nossos conhecimentos, especialmente como pesquisadores, e o mais

importante para mim, foi as possibilidades de produção e construção de conhecimentos que você professora Ângela criou, evidenciando bem o que sugere nosso saudoso Paulo Freire quando afirma que “Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Pedagogia da Autonomia, 1996) (Sales, CP, maio de 2025).

Para nós, relatar esta experiência da escrita de Cartas Pedagógicas na Pós-graduação foi um grande aprendizado e reconhecimento do potencial da escrita destas, pois, com a orientação de nossos professores, tivemos a oportunidade de viajar no tempo e voltar a escrita manual, registrando nossas percepções, emoções, reflexões dos textos e autores que estudamos durante o primeiro semestre do Mestrado em Educação, especialmente nesta disciplina de “Estudo e pesquisa de formação docente, políticas e práticas educacionais”, ministrada com tanta dedicação pela professora Dra. Ângela Rita Christofolo Mello.

A didática utilizada pela professora, nos proporcionou estudar os textos para o Seminário, mas também construímos nossas concepções e reflexões acerca das políticas públicas educacionais no Brasil, e das influências de teóricos mundiais a respeito da educação, da formação humana e do professor. Foram momentos de debates, aprendizados uns com os outros na diversidade de atuação dos estudantes do PPGEduc, que além de profissionais da educação é composto por profissionais da área da saúde, do direito, dentre outras áreas, todos com o propósito de adquirir novos conhecimentos para transformar sua prática profissional, e o contexto social e político em que estão inseridos.

Com a escrita deste relato de experiência, reforçamos as teses de Camini (2012), Camini e Barea (2023) de que as cartas pedagógicas nos humanizam e permitem aos escreventes, escreverem sobre si, suas realidades e sentimentos. A escrita das cartas rompe a barreira do medo do julgamento do leitor ao expressar suas reflexões sobre determinada temática apreendida, nos fortalecendo “[...] em reflexões provocadoras do inédito viável, da educação como prática de liberdade” (Camini e Barea, 2023, p.12). Como também, evidencia que na tessitura de cartas pedagógicas se revelam a denúncia e o anúncio da realidade, das crenças e desafios em que estamos imersos.

Afinal, ao se assumir como uma pesquisadora, precisamos ter a coragem e responsabilidade de aprender a dizer a nossa palavra, pois ela tem poder de transformar, de

humanizar, de ampliar conhecimentos. Uma vez que, “[...] para assumir responsabilmente sua missão de homem, a de aprender a dizer a sua palavra, pois, como ela, constitui a si mesmo e a comunhão humana em que se constitui; instaura o mundo em que se humaniza, humanizando-o” (Freire, 1987, p. 7). Por conseguinte, a escrita de cartas pedagógicas são recursos potentes que possibilitam a nossa escrevivência e a liberdade para dizer a “nossa palavra”, bem como, aprender com a “palavra do outro”.

PEDAGOGICAL LETTERS AS A REFLECTIVE PROCEDURE IN THE STUDY AND RESEARCH OF TEACHER TRAINING, EDUCATIONAL POLICIES AND PRACTICES: A SUCCESSFUL EXPERIENCE IN PPGEDU CLASS OF 2025

Abstract: The manuscript publishes the report of an experience lived during the elective course "Study and research of teacher training, educational policies and practices", offered in the semester of 2025/1, by the Graduate Program in Education (PPGEdu), of the State University of Mato Grosso (UNEMAT). The discipline was offered in two face-to-face moments of 24 hours and 12 hours remote; Its activity was the individual elaboration of two pedagogical letters, with reflections on the conceptual implications worked in these two moments. Anchored in the qualitative approach, the report elaborated in pairs, considered the descriptive perspective, with interpretative analyses (Bortoni-Ricardo, 2008), to systematize selected excerpts from the 4 pedagogical letters prepared by the authors. As final notes, we reinforce Camini's (2012) thesis, that pedagogical letters humanize, by allowing actors to write about themselves, their realities and feelings. They corroborate by breaking barriers of the reader's fear of judgment, who is encouraged to express his reflections on a certain theme learned, either through the provocation of the professor in graduate school, or also through his practice as a research professor. In this way, the pedagogical letters resignify our teaching practice and expand the possibilities of learning.

Keywords: Pedagogical Charter; Experience Report; PPGEdU/UNEMAT.

Referências

BENETTI, Mônica Gonzaga Marques. **Carta Pedagógica 1**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT),

Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 28 abril. 2025. Documento autoral e inédito.

BENETTI, Mônica Gonzaga Marques. **Carta Pedagógica 2**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 10 jun. 2025. Documento inédito.

BORTONI-RICARDO, Stella. Maris, 1945. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CAMINI, Isabela; Barea, Rudimar (Orgs.). **Cartas pedagógicas: como prática de ensino e pesquisa**. Passo Fundo: Saluz, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Galdêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ-LPP, 2017.

LIMA, Licínio. A educação como direito num mundo desigual. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 45, e290145, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.290145>.

MACHADO, Josiane Aparecida; LAGES, Rita Cristina Lima; SANT’ANA, Rivânia Maria Trotta, 2024. Avanços e desafios das políticas públicas para a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. **Cadernos Cajuína**, 9(2), e 249224. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcajv9i2.269>.

MELLO, Ângela Rita Christofolo de. Escritos pedagógicos e fundamentos da educação. **Revista Caderno Pedagógico – Estudos Publicações e Editora Ltda**. Curitiba, v. 22, n. 9, p. 01-28, junho, 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/18570/10281>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MORAIS, Artur Gomes de. Políticas e práticas de alfabetização no Brasil, hoje: precisamos continuar resistindo e aprendendo com Paulo Freire. (2022). **Revista Brasileira de Alfabetização**, (16), p.1–14. DOI: <https://doi.org/10.47249/rba2022584>.

PEREIRA, Vilmar Alves; BITENCOURT, Lóriége Pessoa. Os Potenciais Formativos das Cartas Pedagógicas no Contexto das Disciplinas Pesquisa em Educação e Atividades

Integradas de Pesquisa-PPGEDU-UNEMAT. **Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA)**. Miami, v.19, n.6, p.1-18, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47249/rba2022584>.

SALES, Marliane Oliveira. **Carta Pedagógica 1**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 28 abril. 2025. Documento autoral e inédito.

SALES, Marliane Oliveira. **Carta Pedagógica 2**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 10 jun. 2025. Documento inédito.

SCHLESENER, Anita Helena. Ética na pesquisa em educação: os limites e desafios ante a Inteligência Artificial. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 20, p. 1–12, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.20.24293.004>.